



Câmara Municipal de Mossoró

Palácio Rodolfo Fernandes

Rua Idalino de Oliveira, S/N / Centro – CEP: 59600-135 – Mossoró / Rio Grande do Norte

Fone: (84) 3316-2600 / Fax: (84) 3316-4517 – CNPJ: 08.208.597/0001-76

Em nome de Deus e da Lei, foi aberta a 2ª sessão ordinária do 7º período da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mossoró, em 27 de fevereiro de 2024. A mesa diretora tinha Lawrence Amorim – presidente; Marckuty da Maisa – 1º secretário; Marleide Cunha – 2ª secretária. Foram lidos texto bíblico e atas da 72ª e 73ª sessões ordinárias do 6º período, realizadas em 22 e 29 de novembro de 2023, respectivamente, bem como pauta: Projetos de Lei do Legislativo 07 a 10, Projetos de Decreto Legislativo 03 a 05, Emendas Modificativas 65 a 69, Requerimentos 21 a 24, Indicações 04 a 08, 25 a 27, 33, 38, 39, 42, 60 a 64, 104 a 112, 132 a 136, 142 a 150, 163 a 201 e 207 a 211. No pequeno expediente, o vereador Isaac da Casca falou de projeto de sua autoria dispendo sobre a concessão de auxílio financeiro, usando recursos desvinculados da Contribuição de Iluminação Pública, aos comerciantes informais que atuam nos polos centralizados e descentralizados do município, tendo em vista dificuldades provocadas pelo início das obras do Centro Comercial. Em seguida, propôs audiências públicas para discutir a situação de tomógrafo encaixotado há quase dois anos, bem como a situação do estádio “Nogueirão”. Concluindo, afirmou que o Teatro Municipal merecia atenção diante do registro de incêndio após uma reforma que custou mais de quatro milhões e meio. Pela liderança da oposição, o vereador Tony Fernandes informou que deixaria o plenário em breve para debater na capital do estado pautas envolvendo categorias militares, manifestando apoio ao projeto do colega Isaac da Casca. O vereador Omar Nogueira alertou para o que considerava precariedade em equipamentos públicos, citando como exemplos a reforma do Teatro Municipal Dix-huit Rosado e a recente queda de cobertura do estádio municipal “Nogueirão”. Na sequência, mencionou recomendação do Ministério Público Estadual para instalação no Abatedouro Frigorífico Industrial de Mossoró de câmeras de captação e armazenamento das imagens em todos os ambientes nos quais ocorre abate dos animais, recordando que sua fiscalização em oito de maio de 2023 constatou problemas e apresentou denúncias que se mostravam fundamentadas, de forma que não cederia a pressões de aliados do prefeito, como os colegas Raério Cabeção e Francisco Carlos. Exercendo direito de resposta, o vereador Professor Francisco Carlos defendeu cuidado com as palavras, citando a inadequada acusação de que “o prefeito odeia as mulheres e os professores”, além da afirmação de que nada havia na saúde municipal, quando se observava a construção de novos Centros de Atenção Psicossocial. O vereador Lawrence Amorim comemorou e agradeceu a liberação de oito milhões de reais de emenda do Senador Styvenson para construção do novo hospital do câncer, sugerindo parceria com a Prefeitura para iniciar a obra com essa primeira parcela dos recursos. Ele também ressaltou que o mencionado senador apoiava a construção de unidades contra o câncer em Natal e em Currais Novos. O vereador Marckuty da Maisa assumiu a presidência. No grande expediente, a vereadora Marleide Cunha questionou a qualidade da reforma milionária que a Prefeitura informou ter feito no Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, reinaugurado há 16 meses, com a divulgação de reforma de cem por cento da estrutura interna e externa, o que considerou mentiroso, citando elevador e banheiros interditados, além da constatação da persistência de defeitos e improvisações, perguntando onde estavam os milhões divulgados, ressaltando que houve crime contra o patrimônio público que quase provocou uma tragédia, sobre o que os artistas não podiam falar, exibindo

imagens feitas por pessoas que lhe pediram sigilo. Em aparte, o vereador Omar Nogueira disse que alguns colegas se incomodavam com a fiscalização, acrescentando que o colega que primeiro acusou a Prefeitura de fazer gambiarras e apontou prejuízos aos professores agora tinha dificuldade em explicar adesão ao governismo. O vereador Isaac da Casca manifestou preocupação com a administração dos recursos municipais, como no caso da reforma do Teatro, orçada em mais de quatro milhões e meio, e no que se fazia com saúde quando havia um tomógrafo encaixotado há dois anos, além de haver descuido com o estádio “Nogueirão”. Retomando, a vereadora Marleide Cunha disse que a ligação entre as rodovias BR-110 e BR-304 era um sonho coletivo antigo, faltando honestidade do prefeito em reconhecer que havia recurso federal repassado pela gestão do presidente Lula custeando a maior parte da obra, de forma que a contrapartida municipal usaria recursos do empréstimo Finisa, segundo informações da Caixa Econômica. Em aparte, o vereador Ricardo de Dodoca disse que o senador Rogério Marinho destinou emenda para iniciar a obra, negando medo das pessoas sobre a divulgação de imagens do Teatro. Ele também cobrou dos deputados estaduais Isolda Dantas e Francisco do PT envio de emendas para a Prefeitura. Por fim, disse que a colega na tribuna votou contra o “Mossoró Realiza”. O vereador Paulo Igo considerou triste ver o Teatro sucateado apesar da alegada reforma, recordando também a demora na entrega da Praça da Convivência e da Estação das Artes, com recursos do Finisa, acrescentando que o palco foi retirado do projeto para beneficiar empresários com pagamento de aluguéis milionários. Em seguida, considerou vergonhosa a rejeição de requerimentos pedindo informações, no que insistiria. A vereadora Marleide Cunha sugeriu que o colega Ricardo de Dodoca prestasse mais atenção na sessão porque havia explicado que exibiu fotos de detalhes internos do Teatro. Por fim, disse que o “Governo Lula” pagaria a maior parte do anel viário. Seguindo no grande expediente, o vereador Raério Cabeção disse que alguns não entendiam que a cidade não tinha mão de obra para realizar a quantidade de obras necessárias, ressaltando deficiências do Teatro Lauro Monte Filho e do inacabado Hospital da Mulher, de responsabilidade estadual. Ele também disse que a saúde de Mossoró era penalizada pela invasão de pacientes de outras cidades e que os atrasos estaduais causariam paralisação de ônibus escolares e de profissionais de saúde, o que refletia desatenção a uma cidade onde o Hospital Regional não estava contando com tomógrafo apesar de ter sala pronta para recebê-lo porque eram necessários muitos cuidados prévios. Na sequência, disse que o estádio “Nogueirão” tinha praticamente a mesma estrutura há 40 anos, não sendo cabível culpar um prefeito que teve a coragem de assumir sua administração, municipalizada em gestão anterior, ressaltando que sua estrutura estava comprometida e concordando com a proposta de permuta. Em aparte, o vereador Lucas das Malhas disse que a oposição buscava criar narrativa sobre acidente no Teatro, acrescentando que o desejo do prefeito, a colaboração do senador Rogério Marinho e dos 15 vereadores favoráveis ao “Mossoró Realiza” foram responsáveis pela obra do anel viário. Retomando, o vereador Raério Cabeção disse que votou contra o Finisa porque foi um projeto sem anexo e sem transparência em um ano eleitoral, tendo havido gasto de 53 milhões no fim de 2020 sem obra observada. O vereador Costinha disse que tudo era feito com o dinheiro do povo, cabendo reconhecer mérito dos gestores em apresentar projetos e escolher prioridades, acrescentando que o período chuvoso estava relacionado a acidentes como o registrado no Teatro. O vereador Raério Cabeção disse que a obra do anel viário começou a ser prometida antes do prefeito nascer, como sabiam os trabalhadores do ramo salineiro. Em seguida, explicou que a instalação de novas câmeras de vigilância no Abatedouro Frigorífico Industrial de Mossoró se deu após o registro da invasão de um homem armado e, conseqüentemente, garantiria ainda mais transparência. Por fim, disse que o Abatedouro recebeu emendas para aquisição de equipamentos. Ainda no grande expediente, o vereador Professor Francisco Carlos defendeu que o debate se concentrasse no conteúdo da

mensagem ao invés de nas pessoas, lamentando frequentes ataques pessoais como fazia o colega Omar Nogueira, cuja ignorância o comovia. Em seguida, considerou inadmissível que o Hospital da Mulher não estivesse em pleno funcionamento e que, a pretexto de reformar o Hospital Regional Tarcísio Maia, se discutisse transferir serviços para um equipamento destinado à maternidade e à infância, o que considerou uma agressão. Na sequência, falou de licitação suspensa pela secretaria municipal de saúde diante da constatação de irregularidade da empresa vencedora, tema no qual a oposição insistia na tentativa de atribuir dolo à gestão municipal. Ele também rebateu críticas da bancada de oposição sobre impossibilidade técnica e operacional da Prefeitura ceder tomógrafo ao Hospital Regional Tarcísio Maia, o que serviu para alimentar factóide e discursos inflamados antes do anúncio da compra de novo equipamento. Em aparte, o vereador Lucas das Malhas enalteceu maturidade do colega na tribuna, rechaçando criação de narrativas contra a gestão municipal, como no tema do palco da Estação das Artes. Ele também considerou o caso do Hospital da Mulher uma brincadeira com a esperança das pessoas, cobrando posicionamento dos apoiadores da governadora. O vereador Ozaniel Mesquita cobrou aumento da cota de exames de alto custo como ressonâncias e endoscopias para pacientes do Hospital Regional, provocando a formação de filas e de demanda reprimida. O vereador Costinha concordou com a necessidade de diálogo respeitoso no parlamento. O vereador Raério Cabeção afirmou que um colega, falando sobre montagem de palco, confundiu preço final e tomada de preço. O vereador Paulo Igo disse que não estava contra produtores de eventos e que sua preocupação se concentrava em preços exorbitantes e na eventual falta de pagamento desses prestadores de serviços aos seus funcionários. Em seguida, disse que sofreu ataques em virtude de fiscalização sobre licitação para fornecimento de alimentação a equipamentos de saúde, vencida por uma empresa com capital de cem reais, perguntando sobre o posicionamento da assessoria jurídica da Prefeitura, que cancelou após repercussão do caso. Por fim, disse que seguiria fiscalizando, mesmo que incomodasse alguns. Retomando, o vereador Professor Francisco Carlos disse que desde 2016 defendia a revisão do Plano Diretor e enalteceu providências municipais nesse sentido, acrescentando que articulava elaboração da política municipal para a pessoa com deficiência e realização de sessão solene em homenagem aos profissionais da contabilidade. Concluindo, manifestou apoio ao projeto do colega Lawrence Amorim para regulamentar atividade do tiro em ambientes fechados. Exercendo direito de resposta, o vereador Omar Nogueira disse que o colega Francisco Carlos foi líder da bancada de oposição e lhe ensinou muito, sugerindo que o prefeito tomasse cuidado porque o citado vereador “virou as costas” para quem o colocou na vida pública. O vereador Lawrence Amorim retornou à presidência. Havendo quórum, foi iniciada a ordem do dia. Foi aprovado o Requerimento 34, pela urgência especial do Projeto de Lei do Legislativo 138/2023. Depois de receber parecer favorável da comissão de Constituição, Justiça e Redação, a emenda modificativa a projeto 01/2024 foi aprovada à unanimidade. Depois de receber pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Orçamento, Finanças e Contabilidade, o Projeto de Lei do Legislativo 138/2023 foi aprovado à unanimidade com emenda, seguindo para elaboração da Redação Final. Foram aprovados Requerimentos 21, 22 e 24. O Requerimento 23 foi rejeitado por maioria de votos. Foram aprovados requerimentos orais solicitando: moção de pesar pelo falecimento de Emanuel Antas, do vereador Raério Cabeção; moção de aplauso pela posse do bispo Dom Francisco de Sales Alencar Batista, do vereador Lawrence Amorim; moção de pesar pelo falecimento de Francisco da Silva Saldanha, do vereador Professor Francisco Carlos; moção de pesar pelo falecimento de Leiliane da Silveira Borges, do vereador Paulo Igo. Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados em nome de Deus e da Lei.